

**LEGALIZAÇÃO DE SAIBREIRAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ- RS**

Valter Augusto Goldmeier<sup>1</sup>; Cleonice C. Bergmann<sup>2</sup>; Ilca C. Devantier<sup>3</sup>

<sup>1</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ; <sup>2</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ; <sup>3</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ

**RESUMO:** Não somente neste município, mas como um todo, o ambiente natural vem sendo afetado progressivamente pelas atividades humanas em geral. E a exploração mineral é uma atividade geradora de impactos ambientais e, em alguns aspectos, irreversíveis. Porém, é uma atividade essencial como fonte de matéria-prima para toda a sorte de bens de consumo, incluindo-se materiais de utilização na construção civil, como no presente caso. Diante desse dilema de atender a demanda produzindo bens de consumo e com impactos ambientais, a humanidade como um todo e a sociedade brasileira vem aprimorando a legislação no sentido de exigir dos empreendedores e dos órgãos fiscalizadores os devidos cuidados com vistas à minimização dos impactos resultantes da execução dos projetos implementados. Disso resultou que, para empreendimentos mineiros, a exigência de Relatório de Controle Ambiental, para a obtenção de Licença Prévia - LP; Plano de Controle Ambiental, para solicitação de Licença de Instalação - LI e, finalmente, as complementações necessárias para a obtenção da Licença de Operação - LO, como previsto nos artigos 4º e 5º da Resolução CONAMA 010/90. Contudo, em caso de lavras antigas que funcionaram por algum à margem de planejamento técnico e ambiental, é permitida a apresentação conjunta do RCA e PCA, solicitando a Licença de Operação - LO de regularização. Os empreendimentos situados no Município de Camaquã -RS foram projetados visando à regularização da mineração de Saibro em áreas de lavras antigas, que remontam mais de dez anos. Os trabalhos técnicos foram realizados pela equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal de Camaquã, RS. Em face disto, estão englobados nestes estudos os RCAs e o PCAs, sem prejuízo da caracterização do empreendimento, do diagnóstico ambiental, da análise dos impactos e do planejamento operacional e de controle ambiental que compõem ambos os relatórios. Até o ano de 2007 todos os empreendimentos mineiros eram submetidos à FEPAM para análise dos documentos solicitando a obtenção da LO - Licença de Operação de Regularização, objetivando, além de retomar uma atividade, contemplar as questões técnicas e ambientais no sentido de obter os resultados pretendidos, mitigando e/ou compensando os impactos gerados.. A partir de 2007, com o advento da Resolução 168 do CONSEMA- Conselho Estadual de Meio Ambiente, do RS, empreendimentos com até 2 Ha para atividades de extração mineral de Argila, Saibro, Cascalho, Basalto e Granito sem uso de explosivo podem ser licenciados diretamente nos municípios que tem o SIGA- Sistema Integrado de Gestão Ambiental implantado, que é o caso de Camaquã. Com a legalização destes empreendimentos através da adaptação à legislação ambiental e mineraria, houve importantes ganhos na esfera social, econômica e ambiental com o aproveitamento do minério, bem como com a implantação das medidas mitigadoras e compensatórias, sem falar na aceleração da análise dos processos e a conseqüente liberação de áreas para exploração e utilização na construção civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** CAMAQUÃ; SAIBREIRAS; MUNICIPALIZAÇÃO.